

DECRETO Nº 3677, DE 16 DE SETEMBRO DE 2009.

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL - COMPAC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo artigo 141, I, "f", da Lei Orgânica do Município c/c o disposto no artigo 6º, IX, da Lei nº 2.442, de 19 de dezembro de 2006, e CONSIDERANDO as manifestações assentadas no Processo Administrativo nº 07177-027/2007, DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo Único deste Decreto, o Regimento Interno do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural - Compac -, instituído pela Resolução nº 1, de 9 de maio de 2007, editada pelo precitado colegiado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí, 16 de setembro de 2009; 65º da Instalação do Município.

ANTÉRIO MÂNICA
Prefeito

JOSÉ FARIA NUNES
Secretário Municipal de Governo

DAILTON GERALDO RODRIGUES GONÇALVES
Assessor Executivo de Governo/Coordenador Geral do Serviço Especial para Assuntos Legislativos - Sealegis

CÉSAR JÚNIOR DA SILVA
Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Arte e Cultura - Fumac

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 3677, DE 16 DE SETEMBRO DE 2009.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL - COMPAC

CAPÍTULO I DA NATUREZA, SEDE E FINALIDADE

Art. 1º O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, identificado pela sigla Compac, criado através da Lei Municipal nº 2.442, de 19 de dezembro de 2006, atendendo ao disposto no artigo 216 da Constituição Federal e no artigo 17, VII, da Lei Orgânica Municipal, tem seu funcionamento regulado por este Regimento Interno.

Art. 2º O Compac tem sede na cidade de Unaí, na Rua João Pinheiro nº 256, Centro.

Art. 3º O Compac tem por finalidade assessorar o Prefeito no que diz respeito à preservação dos bens de valor cultural localizados no Município de Unaí.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O Compac é constituído de 12 (doze) membros com respectivos suplentes, em composição paritária de representantes do Governo Municipal e da Sociedade Civil Organizada, conforme especificado no artigo 5º da Lei nº 2.442, de 2006.

§ 1º Os membros do Compac serão nomeados pelo Prefeito, por meio de decreto, que considerará as indicações encaminhadas pelas instituições partícipes, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período, conforme especificado no artigo 5º da Lei nº 2.442, de 2006.

§ 2º O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário-Executivo do Compac serão eleitos dentre seus membros, através de maioria simples.

§ 3º O mandato dos membros efetivos e suplentes do Conselho poderá ser renovado apenas por 1 (um) período.

CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º São atribuições do Compac:

I - propor as bases da política de preservação dos bens culturais do Município;

II - exarar parecer prévio, do qual dependerão os atos de tombamento e cancelamento de tombamento;

III - fixar diretrizes, relacionando-as com o interesse público de preservação cultural quanto:

a) à demolição no caso de ruína iminente, modificação, transformação, restauração, pintura ou remoção de bem tombado pelo Município;

b) à expedição ou renovação, pelo órgão competente, de licença para obra, afixação de anúncios, cartazes ou letreiros, ou para instalação de atividade comercial ou industrial em imóvel tombado pelo Município;

c) à concessão de licença para obras em imóveis situados nas proximidades de bem tombado pelo Município e à aprovação, modificação ou revogação de projetos urbanísticos, inclusive os de loteamento, desde que uma ou outras possam repercutir de alguma forma na segurança, na integridade estética, na ambiência ou na visibilidade de bem tombado, assim como em sua inserção no conjunto panorâmico ou urbanístico circunjacente; e

d) à prática de qualquer ato que de alguma forma altere a aparência do bem tombado pelo Município.

IV - receber e examinar propostas de proteção a bens culturais encaminhadas por associações de moradores e entidades representativas da sociedade civil do Município;

V - analisar estudo prévio de impacto de vizinhança, de acordo com a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, em relação aos aspectos de proteção da paisagem urbana e do patrimônio cultural; e

VI - permitir o acesso a qualquer interessado aos documentos relativos aos processos de tombamento e dos estudos prévios de impacto de vizinhança.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 6º O presidente do Conselho terá um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido ao cargo em 2 (dois) mandatos consecutivos.

Art. 7º São atribuições do Presidente:

- I - coordenar as atividades do Conselho;
- II - convocar as reuniões do Conselho dando ciência aos seus membros;
- III - organizar a ordem do dia das reuniões;
- IV - abrir, prorrogar, encerrar e suspender as reuniões do Conselho;
- V - determinar a verificação da presença;
- VI - determinar a leitura da ata das comunicações que entender convenientes;
- VII - assinar as atas, uma vez aprovadas, juntamente com os demais membros do Conselho;
- VIII - conceder a palavra aos membros do Conselho não permitindo divagações ou debates estranhos ao assunto;
- IX - colocar as matérias em discussão e votação;
- X - anunciar os resultados das votações decidindo-as em caso de empate;
- XI - proclamar as decisões tomadas em cada reunião;
- XII - decidir sobre as questões de ordem ou submetê-las à consideração dos membros do Conselho quando omissão o regimento;
- XIII - designar relatores para o estudo preliminar dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;
- XIV - assinar os livros destinados aos serviços do Conselho e seu expediente;
- XV - determinar o destino do expediente lido nas sessões;
- XVI - agir em nome do Conselho mantendo todos os contatos com as autoridades com as quais deve ter relações;
- XVII - representar socialmente o Conselho e delegar poderes aos seus membros para que façam essa representação;
- XVIII - conhecer as justificações de ausência dos membros do Conselho;
- XIX - promover a execução dos serviços administrativos do Conselho; e
- XX - propor ao Conselho as revisões do Regimento Interno julgadas necessárias.

Art. 8º O Vice-Presidente do Conselho será escolhido por seus pares para um mandato de 2 (dois) anos que poderá ser reconduzido ao cargo apenas em dois mandatos consecutivos.

Parágrafo Único - O Vice-Presidente do Conselho é o substituto do Presidente no exercício da Presidência do Conselho, e terá as mesmas atribuições quando do afastamento do Presidente.

CAPITULO V DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 9º Compete aos membros do Conselho:

- I - participar de todas as discussões e deliberações do Conselho;
- II - submeter proposições à deliberação do Conselho;
- III - abster-se de votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho;
- IV - apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;
- V - comparecer às reuniões na hora prefixada;
- VI - desempenhar as funções para as quais for designado;
- VII - relatar os assuntos que lhe forem distribuídos pelo presidente;
- VIII - obedecer às normas regimentais;
- IX - assinar as atas das reuniões do Conselho;
- X - apresentar retificações ou impugnações as atas;
- XI - justificar seu voto quando for o caso; e
- XII - apresentar à apreciação do Conselho quaisquer assuntos relacionados com suas atribuições.

Art. 10 Ficará extinto o mandato do membro que deixar de comparecer, sem justificação, a 3 (três) reuniões seguidas do Conselho ou a 4 (quatro) alternadas.

§ 1º O prazo para requerer justificação de ausência é de 6 (seis) dias úteis, a contar da data da reunião em que se verificou o fato.

§ 2º Declarando extinto o mandato de qualquer membro, o seu suplente preencherá a vaga. Caso não seja possível, a entidade ou setor que representa indicará seu novo representante.

Art. 11 O exercício do mandato do Conselho será gratuito e constituirá serviço público relevante.

CAPÍTULO VI DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO CONSELHO

Art. 12 Os serviços administrativos do Conselho serão exercidos pelo Secretário do Conselho, competindo-lhe, entre outras, as seguintes atividades:

- I - secretariar as reuniões do Conselho;
- II - receber, preparar, expedir e controlar as correspondências;
- III - preparar a pauta das reuniões;
- IV - providenciar os serviços de digitação e impressão;
- V - providenciar os serviços de arquivo, estatística e documentação;
- VI - lavrar as atas, fazer sua leitura e a do expediente;
- VII - recolher as proposições apresentadas pelos membros do Conselho;
- VIII - registrar a frequência dos membros do Conselho às reuniões em livro de presença;
- IX - anotar os resultados das votações e das proposições apresentadas; e
- X - distribuir aos membros do Conselho as pautas das reuniões, os convites e as comunicações.

CAPITULO VII DAS REUNIÕES

Art. 13 Poderão participar das reuniões com direito de voz, todos os membros efetivos e suplentes. No caso da presença dos membros efetivos e suplentes que representam um mesmo segmento da sociedade, somente terão direito a voto os membros efetivos. O membro suplente somente terá direito a voto na ausência do membro efetivo.

Art. 14 As reuniões do Conselho serão realizadas normalmente na sede do órgão, podendo, entretanto, por decisão de seu Presidente ou do Plenário, realizar-se em outro local.

Art. 15 As reuniões serão:

I - ordinárias, mensalmente em data a ser fixada pelo presidente; e

II - extraordinárias, convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas pelo Presidente ou mediante solicitações de pelo menos um terço de seus membros efetivos.

Art. 16 As reuniões do Conselho serão realizadas com a presença de pelo menos metade de seus membros efetivos, podendo estes ser representados por seus respectivos suplentes.

§ 1º Se à hora do início da reunião não houver quorum suficiente, será aguardada durante 30 (trinta) minutos a composição do número legal.

§ 2º Esgotado o prazo referido no parágrafo anterior, sem que haja quorum, o Presidente do Conselho convocará nova reunião que se realizará no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas e máximo de 72 (setenta e duas) horas.

§ 3º A reunião de que trata o parágrafo segundo será realizada com qualquer número de membros presentes.

Art. 17 A convite do Presidente, por indicação de qualquer membro, poderão tomar parte das reuniões, com direito a voz, mas sem voto, representantes de órgãos federais, estaduais e municipais, bem como outras pessoas cuja audiência seja considerada útil para fornecer esclarecimentos e informações.

Art. 18 Proposta de alteração do presente Regimento poderá ser encaminhada ao prefeito em caráter excepcional, depois de aprovada em reunião do Conselho com a presença de 2/3 (dois terços) de seus membros efetivos e por unanimidade.

CAPÍTULO VIII DA ORDEM DOS TRABALHOS

Art. 19 A ordem dos trabalhos será a seguinte:

I - leitura, votação e assinatura de ata da reunião anterior;

II - expediente;

III - comunicações do Presidente; e

IV - ordem do dia.

Parágrafo Único - A leitura da ata poderá ser dispensada pelo plenário, quando sua cópia tiver sido distribuída previamente aos membros do Conselho.

Art. 20 O expediente se destina a leitura da correspondência recebida e de outros documentos.

Art. 21 A ordem do dia corresponderá à discussão dos assuntos integrantes da pauta da reunião, bem como das atribuições do Conselho conforme estabelecido em lei e neste Regimento.

CAPÍTULO IX DAS DISCUSSÕES

Art. 22 Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em plenário sobre os assuntos de interesse do Conselho.

Art. 23 As matérias apresentadas durante a ordem do dia serão discutidas e votadas na reunião em que forem apresentadas.

Parágrafo Único - Por deliberação do plenário, a matéria apresentada na reunião poderá ser discutida na reunião seguinte, podendo qualquer membro do Conselho pedir vistas da matéria em debate.

Art. 24 Durante as discussões, qualquer membro do Conselho poderá levar questões de ordem que serão resolvidas conforme dispõe esse regimento ou normas expedidas pelo Presidente do Conselho.

Art. 25 Encerrada a discussão, poderá ser concedida a palavra a cada membro do Conselho pelo prazo de 5 (cinco) minutos para encaminhamento da votação.

CAPÍTULO X DAS VOTAÇÕES

Art. 26 Encerrada a discussão a matéria será submetida à votação.

Art. 27 Somente poderão votar os membros efetivos presentes ou seus respectivos suplentes no caso de sua ausência.

Art. 28 As votações poderão ser simbólicas ou nominais.

§ 1º A votação simbólica far-se-á conservando-se sentados os membros do Conselho que aprovarem a matéria em votação.

§ 2º A votação simbólica será regra geral, admitindo-se, porém, sua modificação a requerimento de qualquer membro, aprovada pelo plenário.

§ 3º A votação nominal será feita pelas chamadas dos presentes, devendo os membros do Conselho responder sim ou não, conforme sejam favoráveis ou contrários à proposição ou se absterem de votar, justificando sua abstenção.

Art. 29 Ao anunciar o resultado da votação, o Presidente do Conselho declarará quantos votos favoráveis, em contrário e quantas abstenções.

Parágrafo Único - Havendo dúvida sobre o resultado, o Presidente do Conselho poderá pedir aos membros que se manifestem novamente.

CAPÍTULO XI DAS DECISÕES

Art. 30 As decisões do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Unaí serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente, quando houver necessidade, apenas o voto de desempate.

Art. 31 As decisões do Compac serão consubstanciadas em resoluções. As resoluções, bem como os temas tratados em plenário, reuniões de diretoria e comissões deverão ser registradas em ata e amplamente divulgadas ao público.

CAPÍTULO XII DAS ATAS

Art. 32 A ata é o resumo das ocorrências verificadas nas reuniões do Conselho.

§ 1º As atas devem ser escritas seguidamente sem rasuras ou emendas.

§ 2º As atas devem ser redigidas em livro próprio com as páginas rubricadas pelo Presidente do Conselho e numeradas tipograficamente.

§ 3º As atas poderão ser escritas por meio eletrônico, cuja cópia original e sem rasura, deverá ser colada no livro de atas, sendo uma página em meio eletrônico para cada página numerada do livro.

Art. 33 As atas serão subscritas pelo Presidente do Conselho e pelos membros presentes à reunião da qual foi lavrada a ata.

CAPÍTULO XIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34 As decisões do Conselho que criam despesas serão executadas somente se houver recursos financeiros disponíveis.

Art. 35 Os casos omissos e as dúvidas subscritas na execução do presente Regimento serão resolvidos pelo Presidente do Conselho e membros do Conselho em plenário.

Art. 36 Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí, 16 de setembro de 2009; 65º da Instalação do Município.

ANTÉRIO MÂNICA
Prefeito

JOSÉ FARIA NUNES
Secretário Municipal de Governo

DAILTON GERALDO RODRIGUES GONÇALVES
Assessor Executivo de Governo/Coordenador Geral do Serviço Especial para Assuntos Legislativos -
Sealegis

CÉSAR JÚNIOR DA SILVA
Diretor-Presidente da Fumac

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 17/06/2015